

# MEMÓRIA INTERCAMBIO ENTRE MULHERES INDÍGENAS E AFRO-DESCENDENTES

---

## PANDEMIA, CRISE GLOBAL E FORTALECIMENTO DAS MULHERES E DOS JOVENS



6 A 7 DE MAIO DE 2021

Preâmbulo.....	3
Trechos da exposição "Lutas anti-racistas e liderança afro-descendente e indígena em tempos de pandemia", Dra. Juliet Hooker.....	4
Irmã Paola Yañez Inofuentes, Facilitadora de intercambio; Coordenadora da Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas y de la Diáspora (RMAAD).....	6
Intervenção da irma Isabel Cipriano (FIMI).....	7
Intervenção de Mireya Peart Vásquez, Coordenadora da Regiao Centro-América de Vozes das Mulheres Afro-descendentes do Panamá.....	8
Reflexão e balanço de Giselle dos Santos (CEERT).....	9
Síntese dos pontos de partida para continuar, Irmã Paola Yañez (RMAAD).....	9
Apresentação do vídeo "Women".....	10
Intervenção da Irma Margarita Antonio (Entre Povos): "Pandemia, crise global e fortalecimento das vozes das mulheres e dos jovens".....	11
Intervencao da Irmã Sara Oml, Coordenação das Mulheres Líderes Territoriais da Mesoamérica ,,,,,.....	12
Intervenção da Irma Isabel Pasos (AMPB).....	13
Intervenção da Irma Tania Pariona (CHIRAPAQ).....	13
Intervenção da Irmã Paulina Par, Parcialidad Baquiax em Totonicapán, associada a rede UTZ Che.....	15
Apresentação plenária.....	16
Conclusões: Tecendo pontos de espera.....	18



## PREÂMBULO

Unimos nossas vozes em orações, canções, diálogos e reflexões durante os dois magníficos dias de trabalho que compartilhamos no intercambio de mulheres Indígenas e afrodescendentes (MIA), **realizado nos dias 6 e 7 de maio de 2021.**

Muitas vezes, nós estremecemos ao escutar uma canção; A música nos acompanhou como um elemento lúdico para despertar memórias, fortalecer a resistência e estimular a irmandade. Além disso, para reconhecer narrativas de vida e a realidade nas vozes das mulheres que cantam. Unimo-nos às suas vozes porque, como muitas de nós, enfrentam situações complexas e lutam pelo respeito aos seus direitos individuais e coletivos. As canções são histórias de vida, denúncias, gritos de dor, hinos de luta e esperança. Graças às mulheres que estão reescrevendo sua própria história cantando, com dignidade, graças à vida por nos reunir nesse espaço virtual e s permitir-nos desfrutar, trabalhar, resistir juntas.

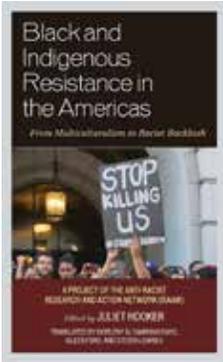
Cada dia começou com uma cerimônia para colocar nossas espiritualidades no centro da atividade. O sinal do primeiro dia, no calendário maia, é o do Tijax Nahual, representa a faca obsidiana de dois gumes que cura com força e poder guerreiro. O segundo dia é o da nahual Kawoq, que representa a força da mulher, a mulher curadora e a parteira. Estes são dias e sinais apropriados para trazer grandes mudanças, para pedir pelo sucesso, abundância e prosperidade na Terra.

As velas foram acesas para nos iluminar com sua luz limpa, calorosa e serena. Invocamos as antepassadas e os antepassados; e recordamos o irmão Luís Fernando Arias (ONIC) e todas as vítimas da crise global e da pandemia. Estes dias têm sido terríveis na Colômbia, no Brasil e em Honduras, exigimos o fim da criminalização e da violência e apelamos à paz no mundo.

Agradecidas por estar juntos, construindo o nosso presente e o nosso futuro, pelos passos de entendimento, pelas palavras e pelo afeto entre nós, por termos concluído com bem e com muitas aprendizagens para continuar a avançar juntas.

O relatório inclui extratos da exposição central e das intervenções das participantes durante os dois dias de intercambio, fornece vínculos e resume as coincidências repetidas para fortalecer a aliança afro-indígena como estratégia de resistência; o diálogo Inter geracional para o intercambio de conhecimentos, o revezamento nas lideranças para a continuidade dos povos e culturas, e algumas conclusões e rotas a seguir.





## “LUTAS ANTIRRACISTAS E LIDERANÇA AFRODESCENDENTE E INDÍGENA EM TEMPOS DE PANDEMIA”



Dra. Juliet Hooker

Juliet Hooker ([juliet\\_hooker@brown.edu](mailto:juliet_hooker@brown.edu)), Professora de Ciências Políticas da Brown University, nos Estados Unidos, e membro do Conselho de Administração do Conselho de Pesquisa do Caribe Centro-americano (CCARC). Seus tópicos de pesquisa incluem a teoria crítica do racismo, multiculturalismo, pensamento político latino-americano e movimentos políticos e sociais afrodescendentes na América Latina.

**Como mulher creole de Bluefields, na Costa do Caribe da Nicarágua,** é uma honra fazer parte deste diálogo sobre a liderança das mulheres indígenas e afrodescendentes neste momento de crises sócio sanitária global, que se sobrepõe a outras crises de longa data, como a mudança climática, o racismo, o patriarcado, a repressão do Estado, o autoritarismo, a falta de respeito pelos direitos humanos e muitas outras. A pandemia causou perdas incalculáveis, mesmo perdas mais cotidianas como ter de prescindir de um beijo na bochecha ou um abraço.

Respostas inadequadas dos Estados-nação à pandemia têm exposto ainda mais os padrões existentes de precariedade e desigualdade enraizados no status de cidadania, raça, classe, gênero, sexualidade e outros. Os grupos com maior incidência de infecção, hospitalização e morte são afrodescendentes, latinos e indígenas. As enormes desigualdades raciais, de gênero e de classe social no impacto da pandemia mostram claramente que não estamos "todos juntos", como os políticos muitas vezes afirmam em tempos de crise nacional. Pelo contrário, a pandemia da COVID-19 agravou as desigualdades sistemáticas e estruturais que sustentavam nossas sociedades, que já afetaram grupos mais vulneráveis, como os povos indígenas e afrodescendentes, imigrantes e mulheres. As desigualdades no impacto da pandemia são resultado de investimentos públicos na vida de alguns e na disponibilidade correspondente de outros.

Para entender esse contexto, quero falar sobre o livro "Resistência negra e indígena nas Américas: do multiculturalismo à reação racista", no qual a política racial contemporânea é analisada em sete países do hemisfério: Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Guatemala, México e Estados Unidos. Ele explica como chegamos ao momento atual do racismo que ressurgiu nas Américas e descreve um caminho para o ativismo antirracista no hemisfério. Nosso projeto de pesquisa tem algo muito importante e em comum com o que vocês estão fazendo neste espaço; ao contrário da forma como os movimentos afrodescendentes e indígenas na América Latina são geralmente estudados separadamente, colocamos experiências e perspectivas indígenas e afrodescendentes dentro da mesma lente analítica.



Até recentemente, a desigualdade racial na América Latina era muitas vezes atribuída a diferenças de classes. No entanto, desde os anos 80, quase todos os países da região adotaram políticas multiculturais que resultaram na institucionalização de uma ampla gama de direitos para povos indígenas e comunidades negras. Os direitos multiculturais concedidos pelos Estados da América Latina, nesta fase inicial, não incluíram direitos destinados especificamente a abordagem da discriminação racial. Nos anos 2000, o Brasil e a Colômbia começaram a adotar políticas públicas para combater a discriminação racial institucionalizada. Essas duas etapas de conquistas por povos indígenas e descendentes africanos, que certamente não eliminaram as desigualdades raciais existentes, culminaram em uma reação violenta e um recuo nas políticas destinadas a remediar a desigualdade racial.

É, por isso, urgente identificar estratégias antirracistas que estão à altura da grande tarefa de combater o racismo que ressurgiu. Em nossa opinião, isso significará ir além das estratégias de busca de direitos centradas no Estado. Pelo contrário, é essencial fazer uma crítica ao capitalismo racial como eixo central da luta antirracista.

Dois dos casos analisados, Bolívia e Brasil, focaram nas lutas das mulheres indígenas e negras; ilustram a centralidade das ideias e práticas políticas das mulheres, não só para a luta antirracista, mas também para dar diretrizes sobre como viver além da atual crise da pandemia e das outras crises que a precedem.

Na Bolívia, as mulheres indígenas estão liderando a luta contra o extrativismo. Confrontando a militarização dos espaços que habitam e a criminalização do protesto, elas repensaram suas noções de autonomia e formularam noções emergentes de território-corpo, uma luta principalmente inspirada e orientada em torno da questão da terra: "Uma luta pela terra como um sistema de relações recíprocas e obrigações que nos podem ensinar como viver nossas vidas, em relação umas às outras e ao mundo natural, em termos não dominantes e não exploradores."

No Brasil, as mulheres pretas foram deixadas sem um interlocutor estatal após a vitória da direita impulsionada pela reação racista. Apesar disso, são mulheres pretas as que articulam uma visão política ampla que engloba um futuro para todos: "A promoção da igualdade racial; o direito ao trabalho, ao emprego e à proteção dos trabalhadores pretos de todas as profissões; o direito à terra, ao território e à habitação, o direito à cidade; a justiça ambiental, a defesa dos recursos partilhados e não a mercantilização da vida; o direito a uma rede de segurança (assistência médica, assistência social e segurança social); o direito à educação; e o direito à justiça."

Gostaria de salientar o seguinte: contra os Estados que se concentram em políticas genocidas e ameaçam a vida, precisamos de Estados focados em políticas de bem-estar público para o bem comum; ou uma visão da vida em comum que focalize as ideias no cuidado do planeta e da vida de todos. Ao mesmo tempo, não pode ser apenas mulheres que têm que fazer o trabalho de reproduzir o mundo e a vida, essa é uma tarefa e deve ser um compromisso de todos.

## Como proteger territórios e formas de vida quando as leis não são implementadas?

Nessas incursões contínuas e violações de direitos, prevalece uma visão do que é o desenvolvimento e do que deve ser a economia, o que não está de acordo com o modo como os povos indígenas e os povos africanos a veem. É muito importante pensar que existem muitas diferenças, mas também que existem muitas conexões.

Um ponto de coincidência e conexão foi a criminalização do protesto. Quando os povos indígenas e afro saem para tentar proteger suas comunidades e suas terras, para reivindicar seus direitos, o Estado dá uma resposta violenta e militarizada. Vimos que, em muitos casos, a reação racista foi acompanhada de uma rejeição à democracia. Prevaleceu a ideia que era necessária a imposição de um modelo autoritário para não levar em conta o que os povos indígenas e afro pensam e querem.



A implementação de diretivas de quarentena tem se baseado na expansão da presença do Estado. Muitos governos a usaram para minar a democracia, outros para fortalecer e encorajar o autoritarismo. Vemos isso em alguns líderes populistas que não foram capazes de enfrentar a pandemia, mas a usaram para estender seu poder. Já houve crise democrática em muitos países e a pandemia agravou-a em muitos casos.

A questão do apoio religioso fundamentalista e dos líderes autoritários que têm uma combinação de discurso racista, patriarcal e sexista, é um grande problema evidente nos Estados Unidos e em muitos países da América Latina. Existe um nó entre racismo e sexismo, é uma reação contra a possibilidade de igualdade, de equidade de gênero, de mais direitos para as mulheres, com base em uma ideia nostálgica, em uma visão tradicional da família. Esse nó entre racismo e sexismo pode ser visto em projetos políticos no momento.

A pandemia revela, embora já tenha sido o caso, que o investimento em algumas coisas é desinvestido em outras. Há investimento em militarização, em políticas de segurança e há desinvestimento em vida, saúde, educação, proteção da terra e do território.

### Intervieram com comentários:

Margarita Antonio (Entre Povos), Paola Yañez (RMAAD), Mireya Peart Vásquez (VOMAP), Gálio Gurdian (Entre Povos/CCARC). Elodia Castillo (COMUNDICH).



### **IRMÃ PAOLA YAÑEZ INOFUENTES, FACILITADORA DE INTERCAMBIO: COORDENADORA DA REDE DE MULHERES AFRO-LATINO-AMERICANAS, AFRO-CARIBENHAS E DIÁSPORA (RMAAD).**

O diálogo que estamos realizando hoje foi iniciado no México; falamos então da necessidade de construir algo mais estruturado entre mulheres indígenas e afrodescendentes. Temos uma aliança natural e somos aliadas estratégicas. Nesses dois dias, dialogaremos sobre o que temos feito em nossas organizações; vamos refletir sobre a resiliência e como enfrentamos a crise. Tentaremos especificar onde gostaríamos de chegar com essa iniciativa e delinear alguns acordos para o Segunda Encontro.

Foram realizados três intercâmbios. No Mesoamericano foi apresentado o estudo "Histórias Oraís sobre a Pandemia COVID 19 e Resiliência das Organizações Indígenas da Guatemala contrapartes do Programa BUILD", preparado pelos companheiros Galio Gurdian e Edwin Matamoros (Equipe CCARC); este aconteceu nos dias 7 e 8 de abril e foi facilitado pelo irmão Silvel Elias. O segundo foi o Intercâmbio de Organizações e Movimentos Afrodescendentes facilitados por Giselle dos Santos (CEERT) e Filippo del Gato (Entre Povos) em 26 a 27 de abril. Hoje estou facilitando o Intercâmbio de Mulheres Indígenas e Afrodescendentes, o último intercâmbio antes da segunda reunião de 16 e 17 de junho próximos.

Duas das organizações de mulheres que tínhamos planejado para hoje não intervirão. Infelizmente, nossa irmã Norma Don Juan (ECMIA México) está em luto e a irmã Cledeneuza Bezerra, Coordenadora da regional Pará (MIQCB) teve problemas técnicos e um sinal muito ruim onde ela está. O vídeo "Women" será apresentado amanhã e serão apresentadas as principais ideias do documento "Pandemia, crise global e fortalecimento das vozes das mulheres e dos jovens"; as mulheres líderes de organizações e movimentos mistos farão suas intervenções e reflexões. Haverá uma sessão de diálogo que terminará o dia com a partilha na sessão plenária. O intercâmbio será fechado com a invocação final.



## IRMÃ ISABEL CIPRIANO



FIMI é um mecanismo global que reúne a liderança coletiva de mulheres indígenas, ativistas e líderes de direitos humanos de todo o mundo (Ásia, África, América, Ártico e Pacífico), com uma agenda comum para o desenvolvimento das capacidades e liderança das mulheres indígenas. Tem 4 programas: Programa de Pesquisa, Fundo Ayni, Escola Global de Liderança, Participação Política e Incidência.

Para o desenvolvimento das suas atividades, a FIMI baseia-se na autodeterminação, nos princípios das sete gerações: no consentimento prévio, livre e informado, na solidariedade e construção de parcerias, na participação plena e significativa, no respeito pela diversidade, no empoderamento, na complementaridade e na reciprocidade. Estes são os princípios fundamentais da FIMI para suas atividades. A incidência política está sendo realizada coletivamente a nível regional, fortalecendo assim o enquadramento jurídico para os direitos das mulheres indígenas. A FIMI continua a se articular ativamente no âmbito internacional e fortalecendo as capacidades de uma forma virtual, a cibernética permite nos comunicar.

A Escola Global de Liderança está em sua VIII edição com 33 participantes. Foi feita on-line e apoiou os participantes com recursos para pagar a internet. Participamos nas reuniões da CEDAW, CSW e do Fórum Geracional para a Igualdade e realizamos encontros com outras organizações de mulheres. Trabalhamos para a segunda Conferência Mundial de Mulheres Indígenas.

As mulheres indígenas nas comunidades, com muita paciência, documentaram o impacto da pandemia e compartilharam em publicações como o Relatório Global sobre as MI, que reúne seus conhecimentos e aprendizados sobre o impacto e a resiliência na pandemia; também foram feitas pesquisas sobre justiça ambiental e continua gerando-se material no Observatório das Mulheres Indígenas contra a Violência.

O Fundo Ayni da FIMI, na pandemia, conseguiu responder a algumas emergências negociando nesse momento para que as organizações pudessem se reorganizar internamente e acompanhar as mulheres indígenas com recursos técnicos. Foram entregues subsídios de pequeno, médio e grande porte a 106 projetos. A convocatória foi feita para os projetos Semillas e Lidereando desde el SUR II.

O fortalecimento institucional tem sido um desafio. Quando a pandemia se desencadeou, imediatamente tivemos que reestruturar os processos e os tempos de execução. Temos melhores ferramentas para implementar nossa visão nos processos, e melhores ferramentas de comunicação com as organizações sócias.

No Fundo AYNÍ adaptamos os processos para emergências. Um primeiro passo foi saber o que acontecia com as organizações a fim de garantir o acompanhamento do MI com recursos técnicos e financeiros. Muitas mulheres usaram os recursos para a produção de alimentos de germinação rápida, kits de saúde e campanhas de prevenção em idiomas. O Programa de Pesquisa documentou o que estava acontecendo com as mulheres e como estávamos vivendo a emergência. Um rico relatório foi compartilhado com as nossas organizações, e fora da FIMI.

Foi feito um esforço para colocar no centro o autocuidado, a sanção, a espiritualidade; como cuidar de nós mesmas, da família e da comunidade. Esse papel reprodutivo e de cuidado que nos coube fazer a todas, acompanhar esses processos desde nós mesmas, reconhecendo-nos na jornada multiplicada e nas violências aumentadas. Geralmente, fala-se da violência que se vive no espaço privado, mas a violência social e coletiva exige desenvolver capacidades, adaptar-nos, ser resilientes e estar juntas para caminhar com as irmãs.

O Fundo Ayni do FIMI fornece recursos para fazer os projetos, mas as irmãs parceiras fornecem suas capacidades, suas forças, suas casas, seus espaços, seus conhecimentos. Por isso e mais, temos estreitado o acompanhamento mútuo, colocando no centro a espiritualidade, o cuidado individual e coletivo.



## IRMÃ MIREYA PEART VÁSQUEZ, Coordenadora Região Centro-Americana de Vozes de Mulheres Afrodescendentes do Panamá



A rede de mulheres afro é um espaço de articulação das mulheres afrodescendentes para enfrentar o racismo, o sexismo, e a discriminação por etnia, classe e outras. Estes são objetivos muito definidos da Rede com os quais temos vindo a construir, desde 1992, o reconhecimento na região, temos insistido e contribuído para a construção de sociedades democráticas, equitativas e justas, sociedades multiculturais livres de racismo e discriminação racial.

Outro dos objetivos da Rede é impulsionar a construção e consolidação de um movimento muito amplo de mulheres em todas as instâncias e geografia da vida latino-americana, incluindo a diáspora. Também, visibilizar a realidade das mulheres afrodescendentes em suas regiões. A situação da discriminação das mulheres afro em seus territórios e países é terrível e a Rede está enfrentando essa situação. Como fazemos isso? Através da formação, capacitação e incidência. Rejeitamos qualquer manifestação de discriminação, sobretudo porque acaba com a vida das pessoas que vivem nesses territórios.

A Rede insiste no cumprimento das convenções assinadas pelos Estados contra a discriminação. O documento-guia para nós é a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância de Durban (2001) e o Consenso de Montevideu (2013). Há muitos anos que trabalhamos nesse sentido.

O que fazemos hoje? Para poder avançar no desenvolvimento de políticas e nas demandas fizemos vários diagnósticos sobre a situação real em que vivem as populações afrodescendentes.

A Rede de Mulheres Afro latino-americanas determinou a situação precária da população afro na América Central e do Sul. Os dados, por exemplo, no caso de violência, são alarmantes; em muitos lugares a situação de violência contra as mulheres afrodescendentes tem se agravado, mas também a situação de fome e de miséria. O que a Rede exige é que os Estados assumam e cumpram os compromissos e garantam orçamentos, além das declarações para erradicar o problema do racismo e do sexismo.

Enfrentamos com força o Estado pela via da organização e do compromisso. Desenvolvemos seminários e workshops para preparar as defensoras dos direitos humanos, na formação para o cuidado. Temos que nos defender para continuar lutando e para lutar sem medo, mas cuidando de nós, que não nos liquidem e que, ao tapar-nos a boca, não nos apaguem a voz.

Na Nicarágua, Honduras e El Salvador as situações também são terríveis. Há processos de desapropriação, como na Colômbia. Na América do Sul foram realizadas pesquisas para a formação de agendas ligadas aos países, para poder ter incidência. Em 2015, a Rede realizou a cúpula que aprovou sua plataforma e os diferentes eixos de trabalho: direitos das mulheres afro, empoderamento econômico, direitos sexuais e reprodutivos. Na educação, colocamos que se incorpore no currículo a história e o aporte afro. Promovemos a participação nos organismos que geram as estatísticas e somos parte da comissão dos censos para a incorporação das variáveis afrodescendentes. Sabemos que os censos nos invisibilizam, mas participamos para poder exigir, com dados, as políticas que possam transformar essas condições.

Estamos reforçando a formulação de projetos que ajudem a sair da crise, para a resiliência, para poder gerar possibilidades de vida. Paralelamente, temos o desenvolvimento do empreendedorismo; a juventude comercializa seus produtos nas redes sociais; utilizam as redes para fazer entregas em domicílio e poder ter alguma renda para sua família. Valorizamos muito o trabalho dos jovens na Internet, por isso unimos conhecimentos e preocupações. Nos ajudamos com as companheiras encarregadas do manejo das redes, desenvolveram muita criatividade em conjunto. Há boas alianças com os jovens, foi uma experiência muito rica de resiliência.

Temos necessidade de fortalecer o cuidado, houve muitas violações na Colômbia; e no Panamá havia 14 violações de menores diárias em 2019; são situações que temos que enfrentar e visibilizar. A Rede acredita fortemente na aliança com as populações indígenas porque temos uma tradição e uma história ancestral. Os cimarrones que fugiam da exploração colonial nas plantações iam se refugiar nas regiões montanhosas, ali se encontravam com os povos indígenas e faziam causa comum. Faziam intercâmbio de saberes e conhecimentos, sobretudo para a nutrição e saúde. A mulher preta também era escrava e arquiteta dessa cultura Congo; elas eram as líderes espirituais nos palenques (quilombos), eram conselheiras, guerreiras, mensageiras e faziam tudo o que tinham de fazer para se defender da escravidão.

### Intervenção com comentários:

Galio Gurdian (Entre Povos / CCARC), Sonia Chía (CHIRAPAC), Paola Yañez (RMAAD)

## REFLEXÃO E AVALIAÇÃO DE GISELLE DOS SANTOS (CEERT)



Saudações do Brasil, agradeço muito o espaço, foi muito interessante. A camarada Juliet colocou pontos muito importantes para nossa reflexão sobre o impacto desse processo de crise em nossas comunidades e em nossos territórios na América Latina e no Caribe.

Juliet destacou muito bem que a crise democrática e a crise econômica já existiam, para muitas de nós, e causaram um impacto dramático na vida das mulheres. Ela mencionou a realidade brasileira e a importância da luta das mulheres pretas no enfrentamento do processo fascista que vivemos, e a marcha das mulheres pretas como uma importante expressão da luta ancestral das mulheres pretas.

Além disso, tivemos apresentações de colegas de organizações de mulheres que nos deram a oportunidade de entender um pouco mais as ações que estão sendo desenvolvidas neste contexto de reinvenção de nossas formas de ação, de nossas intervenções políticas, de muita criatividade nas organizações de mulheres e de resignificação dessa luta. Foi mencionada uma frase sobre o poder criativo das mulheres, algumas são mães, mas todas são criadoras. Hoje esse poder foi demonstrado, todo o debate e diálogo foram muito claros. Obrigada.

## SÍNTESE DOS PONTOS DE PARTIDA PARA CONTINUAR, IRMÃ PAOLA YAÑEZ (RMAAD)



A pandemia nos levou a repensar nossas urgências; ver o que era urgente e onde dirigir a nossa aposta. Hoje falamos sobre a ampliação das brechas, repensar todos os processos, as questões econômicas, e a urgência de trabalhar os dados que evidenciam a nossa existência. Continuaremos refletindo sobre:

- Estados exclusivos.
- Estados narcos.
- Sociedades neo colonizadoras.
- Genocídio especialmente de mulheres líderes indígenas e afrodescendentes por defenderem direitos e territórios.
- A pandemia e a crise global.
- A necessidade de fortalecimento organizacional e institucional com participação equitativa.
- As capacidades das MI e afrodescendentes para a resiliência das organizações e alcançar o bem viver.
- Alternativas para facilitar a formação de lideranças inclusivas, intercambio e mudança geracional entre mulheres de suas próprias histórias e identidades.

**CAMINHAMOS JUNTOS EM UM  
PROCESSO DE INTER APRENDIZAGEM**



Disculpas	Unidade	Solidariedade	Força e esperança	Respeito
Resistência	Raiz	Viva a Vida	Parcerias construtivas para avançar	
Desculpas; A democracia não virá se cedermos ao medo				



O vídeo é uma produção de Eli Laban, aliado, ativista de direitos humanos junto aos povos indígenas e afrodescendentes; ele fez o trabalho audiovisual para este projeto. Muitas de nós aparecemos refletindo sobre o processo pelo qual estamos passando durante a pandemia e também há imagens do 1º Encontro, em novembro de 2019, e do nosso encontro virtual em novembro de 2020.

**#5MParoNacional**  
**#SOSPueblosIndígenas**

**SOMOS ONIC**

- EXIGIR la desmilitarización de las ciudades como requisito indeclinable para que se abra un verdadero diálogo social, que debe convocar a todas las organizaciones y sectores que han participado en este Paro y que conlleve a lograr que este gobierno escuche a quienes hoy levantamos reivindicaciones justas contra la reforma tributaria, la reforma a la salud, la implementación de los acuerdos de paz y el desmonte de los derechos fundamentales como la consulta previa, libre e informada y las consultas populares con las cuales muchos territorios están defendiendo el agua y la biodiversidad del país, entre otras.
- DENUNCIAR la brutalidad policial y el conjunto de las violaciones de derechos humanos que se están presentado durante el Paro Nacional, exigiendo al Congreso de la República, a la Fiscalía y Procuraduría General de la Nación y a la Defensoría del Pueblo que actúen en el marco de sus deberes constitucionales y legales, e investiguen todos los hechos que enlutan la vida de los colombianos y colombianas y que corroboran la urgencia de una profunda reforma que desmonte la Doctrina de Seguridad Militar según la cual el pueblo es un enemigo interno.
- RECHAZAR la anunciada declaratoria por decreto de un “Estado de Conmoción Interior” que sólo refleja la incapacidad del gobierno para construir un verdadero proceso de paz y favorecer la verdad, la justicia y las garantías de no repetición, es la guerra y la crisis social, ambiental, económica, humanitaria y política lo que está en la base del profundo descontento social que mantiene al pueblo movilizado a pesar de la incertidumbre que pesa sobre nuestros derechos democráticos y civiles

ORGANIZACIÓN NACIONAL INDIGENA DE COLOMBIA- ONIC  
¡CUENTEN CON NOSOTROS PARA LA PAZ NUNCA PARA LA GUERRA!



## IRMÃ MARGARITA ANTONIO



Após a oportunidade de nos encontrarmos na Cidade do México e empreender nossas rotas, veio a pandemia e tivemos que parar tudo. Mudou a dinâmica. Os problemas que já tínhamos aumentaram e tivemos que repensar como fazer, como aprender, como compartilhar.

Maricela Kauffmann e eu promovemos este estudo perguntando como nós, mulheres, estávamos vivendo e resistindo à pandemia. Pensamos e identificamos este estudo e este processo como uma conversa entre mulheres, entre lideranças, a frase que serve de título resume bem a situação. Agradecemos a colaboração de Tangni Hodgson e Nidia Bustillos por suas contribuições na atualização de alguns dos dados obtidos.

Durante as conversas, encontramos as mulheres junto com os jovens. A nova geração enfrentando a pandemia e trabalhando ao lado da liderança de comunidades e organizações; unidos, cuidando uns aos outros, fortalecendo-se sob a cosmovisão e espiritualidade dos mais velhos. A pandemia não cessou, o COVID-19 impactou nossas vidas e nossas sociedades.

Juliet apontou como a pandemia se intensificou e colocou em evidência que nossas sociedades, todas elas, estão cheias de estereótipos e imaginários racistas que desembocam em grandes desvantagens e desigualdades sociais e econômicas que afetam nossas comunidades. Todas sabemos disso, aprendemos e compartilhamos em diálogos, webinars, pesquisas e estudos como o do FIMI, ECMIA e outros.

De forma sucinta, listamos alguns desses impactos iniciais comuns que nos colocaram todos contra a parede em nossos territórios, onde tudo nos faltou e sobrevivemos:

- Violência, discriminação, racismo.
- Trabalho multiplicado para mulheres.
- Vulnerabilidade das mulheres defensoras.
- Extrativismo incrementado: madeireiro, mineração, pecuária.
- Povos não contatados, especialmente na Amazônia.
- Colapso dos serviços de saúde.
- Perda de espaços de espiritualidade, de transmissão da cultura, do conhecimento, do diálogo intergeracional.
- Falta de acesso à educação virtual.
- Pouco e desigual à tecnologia.

## O QUE NÓS MULHERES FIZEMOS?

Não ficamos de braços cruzados, resistimos ao impacto desde nossas espiritualidades, saberes e capacidades, forças e identidades; adotamos estratégias e o estudo resgata algumas das boas práticas e aprendizados profundos que a pandemia derivou para comunidades e organizações:

- Nós organizamos colocando os jovens no centro dessa organização com seus celulares e redes sociais.
- Prevenir a violência cuidando avós, crianças e adolescentes.
- Defender territórios e exigir respeito pelos nossos direitos.
- Garantir ações para a alimentação e desenvolver empreendimentos.
- Reaprender nossos saberes e conhecimentos ancestrais.
- Fortalecer-nos a nós mesmas para acompanhar as famílias.
- Melhorar a comunicação e sensibilizar na comunidade, na organização, no país e também no espaço global.



Aprendemos a ser estrategistas, a imaginar o que fazer e como fazê-lo para chegar aonde queremos ir. A tecnologia nos permitiu chegar aos diferentes espaços com uma visão holística de que a saúde também é o saber, o conhecer, o bem-estar, a harmonia.

Pensando em quais caminhos seguir e quais recomendações identificar nesta caminhada de mãos dadas entre mulheres indígenas, pretas, diversas, deficientes, criativas e rurais para fortalecer o diálogo e a continuidade, observamos:

- Melhorar a comunicação.
- Colaborar melhor.
- Ser mais solidárias.
- Reconhecer-nos como pessoas, como seres humanos.
- Exigir o cumprimento de todas as normas que conquistamos, mas que são letra morta porque não são implementadas.

Esses esforços nas organizações femininas e organizações mistas passam por conseguir relações mais horizontais com os companheiros para compartilhar, trabalhar, complementar saberes e que possamos dialogar com a cooperação, doadores, filantropia, demonstrando porque os recursos devem vir com respeito, com reconhecimento de nossa parte e dos outros. Os saberes e habilidades, conhecimentos e espaços fazem parte da nossa contribuição, muitas vezes não contabilizada, não valorizada, não orçada. Temos que reaprender dos idosos, reconhecer-nos profundamente promovendo um novo respeito para harmonizar e exercer o poder das mulheres, com as mulheres e os companheiros, com a juventude, com diversidades, com os empobrecidos e marginalizados, que é o lugar onde os povos indígenas e afrodescendentes são colocados. Nós dizemos que nos empobreceram, nos excluíram, queremos recuperar essa dignidade que foi tirada de nós.

**Os comentários** foram feitos por Paola Yañez (RMAAD), Elodia Castillo (COMUNDICH), Isabel Cipriano (FIMI), Galio Gurdian (Entre Povos/CCARC).



**IRMÃ  
SARA OMI,**  
Coordenação de Mulheres Líderes Territoriais da Mesoamérica



"Em 10 anos imagino as mulheres da comunidade nos ajudando..., gerenciando nossos recursos e políticas, mobilizando a agenda de gênero de nossos povos e territórios indígenas... Lutamos pela participação das mulheres nos processos políticos para reduzir o impacto das mudanças climáticas em nossas florestas... Nosso maior obstáculo é um mundo desequilibrado liderado por homens. Somos 10 anos de luta, somos florestas de pessoas..."



Bom dia, eu agradeço este espaço importante. Na coordenação estamos em processo de luta e incidência; e acima de tudo, continuamos a levantar a voz das mulheres ao nível mesoamericano, nestes tempos tão difíceis vivendo a pandemia.

Como expressam as mulheres no vídeo, somos pessoas da floresta e o conhecimento tradicional é uma tarefa muito importante para nós. Juntamente com o processo de resistência, nossa participação nas comunidades foi fortalecida para posicionar nossa voz, nossa força e nossas alianças em nosso território.

Estamos colocando na mesa uma agenda ambiental baseada nas mudanças climáticas, na nossa floresta, na luta territorial e no conhecimento tradicional. Foca-se no fato de que as mulheres temos a capacidade de abordar essas questões em nossos territórios e estamos nos fortalecendo para alcançar a sustentabilidade.



## IRMÃ ISABEL PASOS, AMPB



Da Secretaria Técnica da Coordenadora das Mulheres gostaria de complementar que esse grupo de mulheres são líderes e democraticamente eleitas em suas comunidades. Elas têm uma agenda de gênero ligada à agenda climática, elas tratam de visibilizar que é necessário conectar as metas 5 e 13 dos ODS (equidade de gênero e ação climática).

Não podemos falar de justiça climática se não envolvermos mulheres na tomada de decisões e também nos processos de discussão sobre a construção de políticas públicas que estejam afetando os povos indígenas, as florestas e, em geral, as mulheres que vivem nesses territórios.

A Coordenadora da Mulher é um espaço, uma plataforma para mostrar uma região repleta de culturas, liderada por mulheres que lutam para tornar visíveis seus desafios de viver nesses territórios com múltiplas lacunas de desigualdade.

Convidam as irmãs a se juntar a esse movimento que exige que os Estados cumpram os compromissos e deveres adquiridos com povos indígenas e afrodescendentes e seus territórios, trata-se de uma luta pelo poder.



## IRMÃ TANIA PARIONA



Bom dia a todos e a todas. Muito obrigado a Paola e aqueles que promovem esse maravilhoso e oportuno encontro entre indígenas e afrodescendentes, em contextos difíceis e tensos com muito impacto; especialmente em nossas comunidades e em nossos povos.

O impacto da pandemia geralmente está sendo reduzido a uma discussão sobre saúde e economia, mas para os povos nativos é muito mais do que saúde e economia. Tem a ver com direitos territoriais, a vida de defensores e defensoras ambientais indígenas, que muitas vezes não têm a proteção nem mecanismos legais para salvaguardar suas vidas.

Em alguns países o estado de emergência ou quarentenas prolongadas tem sido usado para silenciar e suprimir demandas, tanto as sociais, territoriais ou de saúde, e simultaneamente permitir o avanço das atividades extrativas. Está plenamente demonstrado que a deterioração do meio ambiente, dos nossos territórios, aumenta as chances de um maior impacto das diferentes pandemias, esta que estamos vivendo através do COVID 19 é uma delas, mas a partir de agora podem ser muito mais graves, dado que a situação da vida e da saúde, o acesso à água ou a cesta básica estão se tornando cada vez mais precárias.



Da ECMIA e CHIRAPAQ, tornamos público que o impacto do COVID-19 nas mulheres tem a ver com a violência. Os casos de feminicídios e o número de estupros contra meninas e adolescentes não diminuem, pelo contrário, vai em ascendência. Nos diferentes países, nos quais temos presença como ECMIA, não há uma política clara de trabalhar contra a violência que as mulheres indígenas vivenciam; tenho certeza de que a mesma coisa acontece na população afrodescendente. Há vários anos trabalhamos juntas o tema, em aliança, em coordenação, e com muita proximidade com irmãs afrodescendentes em espaços internacionais e também em espaços nacionais.

No caso do Peru, por exemplo, estamos construindo uma plataforma comum entre pessoas de ascendência africana e indígenas para combater o racismo e a discriminação. Desde 2005, essa é uma das ações que tem possibilitado colocar dentro do debate público esse problema, que é cotidiano, é histórico, é sistemático. Por isso é que políticas públicas, decisões, alocação de orçamentos prioritários para a agenda nacional dos Estados, não aterrissam, não se concretizam. Há uma visão homogeneizadora, colonial, mono linguística, pensando em um contexto totalmente urbano, não indígena.

O emprego é outro aspecto que não estamos priorizando e, no entanto, os dados da OIT afirmam que 85% das mulheres na América Latina têm empregos informais. Quem são elas? São mulheres, são indígenas, são aquelas que não têm direitos trabalhistas, não têm um emprego decente, pelo contrário, trabalham na condição de exploração sem quaisquer medidas previdenciárias, muito menos direitos que são reconhecidos por outros regimes trabalhistas e desfrutados por outros setores sociais.

Outro aspecto sobre o qual devemos enfatizar nessa lógica de trabalhar a aliança, é em relação à geração de dados desagregados. Quando não há dados, não há evidências estatísticas, não existimos dentro da prioridade das políticas públicas. Não há dados oficiais que estabeleçam a desagregação da violência, dos feminicídios, até mesmo educação, acesso à água, impacto das mudanças climáticas, alta vulnerabilidade nos territórios que hoje têm empresas extrativas explorando recursos, entre outros. Acho que é uma das questões que devem nos motivar a trabalhar em rede, em aliança. Pouco a pouco isso está sendo discutido como uma questão importante, mas está se movendo muito lentamente, talvez precisemos fortalecer os dois povos, tanto indígenas quanto afrodescendentes, para colocá-lo como prioridade que os Estados devem cobrir.

E a questão é como nos articulamos para tomar essas medidas de mudança, para maior visibilidade, por um protagonismo na tomada de decisões? Nossas vozes são e estão, e cada vez mais fortalecidas, isso acontece a partir de nossas próprias comunidades e localidades de onde viemos. O problema é que não somos ouvidos, não somos levados em conta. Aí está a estratégia que nos desafia, a partir desta oportunidade, neste intercâmbio, de projetar um caminho mais determinado, com muito mais força; e espero que outros aliados se unam para fornecer o apoio necessário; para que o que temos como informação coletada, estudos, vídeos, essa evidência que nem sempre é levada em conta, seja um bônus para dizer que a situação dos povos indígenas e das mulheres indígenas, em particular, requer atenção urgente, requer um foco específico e, claro, políticas públicas com orçamentos também específicos. Não somos uma prioridade para os outros, o que tem que nos motivar hoje a pensar em algumas linhas de ação conjunta que poderiam ser a luta contra as múltiplas formas de violência, incluindo o racismo e a discriminação. Isso é algo que começamos há vários anos, mas talvez precisemos dar saltos.

Há uma semana a ECMIA, juntamente com o CHIRAPAQ, apresentou um relatório muito valioso sobre modelos interculturais para o enfrentamento da violência. Temos experiências muito valiosas, muito exemplares, que poderiam ser levadas em conta como políticas públicas e acredito no nosso trabalho articulado, porque há iniciativas positivas que caminham para uma intervenção que é possível transformá-la em uma política pública local ou nacional. Agora que a escrita está lá, que há a evidência, é hora de dar os próximos passos.

Os companheiros afrodescendentes também têm muita luta histórica que nos permite ter essa segurança para dizer que estamos em uma condição oportuna, inclusive com um extra de trajetórias, porque não tem sido fácil para nós, indígenas, afrodescendentes, invisibilizados sem poder e sem voz, para alcançar o que conseguimos hoje. Tudo o que temos hoje é graças ao trabalho organizativo, isso não é um favor do Estado, tem sido pura pressão. Se há algo que deve ser reconhecido, é o trabalho de irmãs mais velhas que caminharam, que transcenderam antes de nós, devemos isso a elas. Tem que tomar isso como um capital e capitalizar essa experiência e essa trajetória para dizer que não é uma luta de agora, que não remonta a 10, a alguns anos. Em 1995 começamos a ser visíveis, o que não significa que não existíamos e não tínhamos uma história anterior.

A visibilidade internacional nos permitiu conhecer e aprender com essa insistente e firme luta das mulheres pela igualdade, com respeito pela diferença. A igualdade pensada também nos diferentes e no que não é uma única visão, nem responde a um arquétipo de mulher pelo qual estamos lutando. Há mulheres diversas e uma pluralidade de realidades e histórias, há também exclusões que nos marcaram muito. Como uma nova geração, acreditamos que há janelas de oportunidade e que podemos continuar a crescer dando um passo atrás para reconhecer essa história e um passo adiante para projetar um futuro melhor.



**IRMÃ  
PAULINA PAR,**  
Parcialidade Baquix em Totonicapán,  
associada à Rede Utz Che



Sou defensora da floresta e dos problemas de todos nós, a realidade dos nossos países é a mesma do resto em todo o mundo, e a mesma conclusão que os indígenas, os camponeses, os afros: não temos voz, não temos eco, não temos apoio dos governos, nem dos grandes negócios. Os doadores são rigorosos, em caso de emergência nos dizem que nada pode ser mudado, que os fundos devem ir para onde foram alocados. Então eles nos ajudam de certa forma, mas nos atam em outro sentido.

Por causa da pandemia, o prefeito da cidade disse a todos os prefeitos da comunidade que não podiam sair, decretou quarentena sem necessidade, aproveitou a oportunidade para nos trancar e tentar amarrar nossas mãos e pés. Não nos deixamos. Não podíamos nos reunir. Era urgente porque a cada ano nos falta o líquido vital. O presidente do Comitê de Água concordou em fazer outra tomada no Projeto Rio. Não nos deixavam juntar as pessoas para fazê-lo, discutimos e fizemos as escondidas, mas mantendo distância. Para nós era uma necessidade, sabemos bem que as mulheres desde o amanhecer tocam o líquido sagrado, sabemos que água é vida, água não tem substituto. Fizemos o trabalho e estamos desfrutando do líquido vital. Com ou sem um governador, com ou sem um prefeito, nós fizemos o trabalho. Não houve um único contágio.

Em Totonicapán, não perdemos plantas medicinais, foi isso que nos ajudou nessa pandemia. Não podíamos ir a farmácias, não há vacinas. O governo diz que a parte superior de nossas florestas é boa para a mineração, mas não vamos deixá-las entrar, isso é herança que os ancestrais nos deixaram, assim como nossa mãe natureza. Já estávamos nos acostumando com a monocultura, não queríamos mais plantar. A pandemia nos fez voltar à sementeira mista para sobreviver, porque não há ajuda, não há dinheiro, não há trabalho, não há nada.

Nós, no mundo, estamos em um momento muito difícil, os governos chegam ao poder e só veem como ficar mais ricos. Às vezes eu tive que falar e às vezes eu sinto pena e tenho um pouco de medo porque estamos criminalizados aqui e em todos os lugares. Sinto muita pena e tristeza com os irmãos da Colômbia, estamos solidários.





## APRESENTAÇÃO PLENÁRIA

### COMUNDICH

- ◉ A juventude dos nossos territórios está migrando, é preocupante. Jovens migram e comunidades se empobrecem.
- ◉ Incluímos os jovens em projetos de desenvolvimento, um projeto de captação de água da chuva os empolgou.
- ◉ Fortalecemos os jovens conscientizando-os sobre as lutas, as reivindicações dos direitos territoriais, dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, da criminalização da qual somos vítimas e da espiritualidade que tem sido importante na resistência.

#### Mulheres indígenas:

- ◉ Fazemos governança territorial e gerenciamos nossos meios de subsistência e produção.
- ◉ Lideramos os processos judiciais processando os governos pelos direitos violados, especialmente para as mulheres.
- ◉ Transmitimos espiritualidade à nova geração.

### OFRANEH

- ◉ Engajamos os jovens na luta para resgatar nossas terras, defender o território e continuar a sobreviver neste país.
- ◉ Jovens e líderes garífunas fizeram várias recuperações e estamos resistindo.
- ◉ Tentamos resgatar nossa identidade e cultura, mas não é fácil porque estamos tristes.
- ◉ Sofremos deslocamento sistemático e racismo do governo hondurenho. Não há leis para nós.
- ◉ Nossos corações gemem de dor. Vivemos sob forte resistência, defendendo nossos rios, mares e terras e defendendo a justiça para os irmãos caídos e desaparecidos. Estamos tristes por não ter resposta do Governo de Honduras.
- ◉ Acompanhamos irmãos de outras organizações e outras etnias.
- ◉ Temos uma aliança com a COPINH.

### MIEQB

- ◉ Construir liderança é um trabalho diário. Além da vontade de participar, fizemos tratados para discutir cotas para as organizações. Temos um estatuto que garante a participação dos jovens, você não pode escolher alguém que não está registrado. Mulheres se associaram, mas poucas avançaram.
- ◉ Para alcançar mudanças e avanços nas políticas públicas e nos fortalecer como mulheres, participamos de grandes eventos femininos, como a Marcha das Margaridas.
- ◉ Tivemos muitas conferências para pensar sobre nossas políticas e orçamentos. A participação das mulheres nos conselhos municipais é muito importante.
- ◉ As mulheres treinam jovens na confecção de trajes típicos, buscam fazê-los aprender das nossas identidades étnicas e impedir que os jovens deixem as comunidades. Eles também estão envolvidos na construção de reservas de água para comunidades que não têm acesso a água.
- ◉ É um espaço de construção de agendas, para essas lutas de direitos temos agendas específicas em cada organização. Ontem eu estava em uma reunião preparando as pessoas que iam participar de uma audiência.
- ◉ Entendemos que quando as mulheres têm seus territórios, elas têm sua autonomia.
- ◉ Espaços como esses são úteis para criar alianças e redes.

### AMPB

- ◉ Na Mesoamérica identificamos uma grande desmotivação em jovens que, por vezes, por influência das redes sociais, aspiram a modelos de vida que não são compatíveis com a vida da comunidade.
- ◉ Há um alto grau de suicídio de jovens nas comunidades.
- ◉ Uma forma positiva de fortalecer a liderança é deixá-los orgulhosos de participar dos processos políticos pela defesa do território.
- ◉ Na Escola Mesoamericana de Liderança eles se encontram com sua identidade.





## CONCLUSÕES:

### TECENDO PONTOS DE ESPERA

Obrigado pela provocação que seus discursos nos deram durante esses dois dias. Abordamos questões que nos deixaram com um gosto amargo porque nos dói profundamente:

- 🌀 Vitimização.
- 🌀 Violência contra defensores dos direitos humanos.
- 🌀 Uso desproporcional da força.
- 🌀 Assassinatos e genocídio.
- 🌀 Criminalização da pobreza.
- 🌀 Brecha ampliada de desigualdades.
- 🌀 Água como um direito humano.
- 🌀 Necro política.
- 🌀 Racismo e discriminação quotidiana

Otros temas nos llenaron de esperanza, de entusiasmos, como la soberanía alimentaria, la justicia climática, la participación política, la consulta previa para la implementación de políticas, los programas y proyectos en nuestros territorios. Han sido jornadas enriquecedoras en las que los saberes ancestrales y la espiritualidad han estado acompañándonos para avanzar en lo que estamos proponiendo.

#### Avançando em direção aos acordos:

- 🌀 Nos encontramos novamente em 16 e 17 de junho de 2021
- 🌀 Pensaremos as múltiplas formas de violência como uma forma de nos articularmos
- 🌀 Geraremos mais dados como evidência para influenciar políticas públicas.
- 🌀 Identificaremos pontos de encontro, a partir do próprio pensamento das mulheres indígenas e afrodescendentes nesta intercambio, para articular passos que fortaleçam nossas lutas.
- 🌀 Definir articulação da Aliança de Mulheres Afro Indígenas.
- 🌀 Construir a rede de apoio e solidariedade para responder a conjuntura (Colômbia, Brasil, Honduras).
- 🌀 Continuar treinando quadros para reduzir a vulnerabilidade da juventude.
- 🌀 Intercâmbios inter étnicos, como este, acrescentam a formação da base comunitária.
- 🌀 Lutar pelos territórios com a liderança ética das mulheres.
- 🌀 Resgatar saberes e conhecimentos ancestrais.
- 🌀 Respeito e solidariedade com a dor das irmãs e irmãos.

As alianças são o resultado de um esforço que começou há muito tempo, nós carregamos em nosso sangue e nos enchem de alegria. As mulheres indígenas usamos a 4ª Conferência da Mulher em Beijing e, em uma espécie de Torre de Babel, a primeira foi construída Com a 1ª Declaração de Mulheres Indígenas em Beijing (1995) e a IV Conferência Mundial contra o Racismo em Durban (2001) buscamos influenciar uma mudança nos paradigmas do feminismo branco tradicional. As parcerias também se alimentam de tudo o que mobilizamos em 500 anos.

A pandemia só mostrou que, juntos, ao aproximar as agendas, somos mais fortes. Sem perder a identidade diante da renovação do racismo institucionalizado, unimos esforços para conectar o local com o espaço global. Com mais habilidade, sendo mais estrategistas para adicionar, articular, conjugar e encontrar-nos repetidamente. Não só aprender entre nós, é ter vasos comunicantes que nos permitam ser mais fortes diante dos outros.



[WWW.CCARCRESEARCH.ORG](http://WWW.CCARCRESEARCH.ORG)



[WWW.FORDFOUNDATION.ORG](http://WWW.FORDFOUNDATION.ORG)



[WWW.ENTREPOVOS.ORG](http://WWW.ENTREPOVOS.ORG)